



**09 DE AGOSTO 2010**  
**Segunda-feira**

- **CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL CNI**
- **REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PERMANECE NA AGENDA POLÍTICA**
- **REFORMA TRABALHISTA NÃO ESTÁ NA PAUTA DOS CANDIDATOS**
- **PARANÁ TEM MELHOR DESEMPENHO DO BRASIL EM PRODUÇÃO**
- **SALÁRIO INICIAL DO BRASILEIRO SOBE 27% EM SETE ANOS**
- **INDÚSTRIA PARANAENSE SE RECUPERA DA CRISE**
- **PAÍS ENCONTROU O CAMINHO DA GERAÇÃO DE EMPREGOS**
- **DEVE SER PAGO ATÉ 13/8 O IR RETIDO NO 1º DECÊNDIO DE AGOSTO**
- **CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA 2ª QUINZENA DE JULHO VENCEM EM 13/8**
- **RECEITA LIBERA CONSULTA AO 3º LOTE DE RESTITUIÇÃO DO IRPF 2010**
- **ENVIO DA CÓPIA AO SINDICATO DE SER FEITO ATÉ 10/8**
- **REDUÇÃO DO PREÇO DE ALIMENTOS BÁSICOS CONTINUA PELO TERCEIRO MÊS**
- **PREÇOS AO CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA TÊM DEFLAÇÃO DE 0,56%**
- **PAÍS GEROU 1,766 MILHÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM 2009**
- **PESQUISA MOSTRA VALORES QUE BRASILEIROS CONSIDERAM MAIS**

<b>Câmbio</b>		
Em 09/08/2010 às 17h35		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,752	1,753
<b>Euro</b>	2,318	2,319

Fonte: BACEN

## CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL CNI

09/08/2010 – Agência CNI

Em anexo.

## REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PERMANECE NA AGENDA POLÍTICA

09/08/2010 – Gazeta do Povo

A redução da jornada de trabalho é uma das poucas alterações na legislação trabalhista que permanece viva na agenda política. A PEC 231/95, que prevê a diminuição da carga horária de 44 para 40 horas semanais, já passou por votação nas comissões da Câmara dos Deputados e está pronta para ser apreciada em plenário. A matéria conta com um forte apoio de sindicatos e centrais sindicais, mas não tem a simpatia do empresariado.

No primeiro debate dos presidenciais, realizado na última quinta-feira pela emissora Bandeirantes, o tema foi colocado pelo candidato Plínio Arruda (Psol) em questões para os dois principais concorrentes da eleição deste ano: Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Ambos, porém, fugiram da polêmica. Dilma afirmou que essa deve ser uma demanda dos movimentos sociais e que não haveria motivo para governo se posicionar sobre a questão. Já o candidato tucano afirmou que o tema deve ser definido pelos sindicatos, respeitando as peculiaridades locais.

Apesar de os candidatos tentarem se esquivar do assunto agora, o eleito não terá como escapar em 2011. "A redução da jornada de 44 para 40 horas semanais é a nossa principal bandeira, é o que está na agenda de discussão", afirma o vereador de Curitiba Clementino Vieira, que é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, entidade ligada à Força Sindical.

De outro lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já se manifestou diversas vezes contra a proposta. Os empresários argumentam que a mudança pode reduzir a competitividade das empresas nacionais e impactar, principalmente, as micro e pequenas empresas.

Além de patrões e empregados, a questão também coloca em lados opostos economistas, que divergem sobre os efeitos – e a necessidade – de uma redução da jornada. O professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore é categórico: "Forçar isso por lei ou por Constituição pode até destruir empregos existentes", diz.

Ele explica que com a redução da jornada o custo da produção seria elevado e as empresas reagiriam de tal forma que acabaria diminuindo a taxa de emprego. "A intenção é boa, mas os efeitos são contrários ao objetivo pretendido."

Para o economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e consultor da Opus Gestão de Recursos, outro possível efeito da redução da jornada seria o aumento da informalidade. "A redução da jornada é boa para quem está sindicalizado, em grandes empresas, bem estruturadas. Para quem está em empresas menores, há a

possibilidade de ela não suportar a mudança e o trabalhador acabar perdendo o emprego”, avalia.

O economista José Dari Krein, da Universidade de Campinas (Unicamp), faz uma análise diferente. Para ele, os avanços da tecnologia colocam em questão a distribuição do trabalho útil na sociedade. “Não faz mais sentido que as pessoas continuem trabalhando cada vez mais”, diz. Krein acredita que a aprovação do projeto que tramita no Congresso já seria um avanço, mas há ainda a possibilidade de uma redução ainda maior, o que poderia ser feito gradativamente. (CO)

## **REFORMA TRABALHISTA NÃO ESTÁ NA PAUTA DOS CANDIDATOS**

09/08/2010 – Gazeta do Povo

Segundo especialistas, estabilidade econômica e aumento na geração de empregos desestimulam as mudanças, apesar de elas ainda serem necessárias.

A reforma trabalhista prometida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do seu primeiro mandato não saiu do papel e parece não interessar neste momento aos dois principais concorrentes ao Palácio do Planalto na eleição deste ano. Nos programas de governo que os presidentiáveis Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) entregaram à Justiça Eleitoral não há referências a mudanças na legislação trabalhista brasileira. A polêmica que o assunto gera e os bons números do mercado de trabalho no país – entre janeiro e junho deste ano foram gerados mais de 1,4 milhão de empregos –, explicariam a fuga dos candidatos do assunto que envolveu o início do primeiro mandato de Lula.

A promessa na época era a realização de uma faxina da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas sem a exclusão de direitos dos trabalhadores. A revisão do texto, porém, ficou para depois da realização de uma reforma sindical, que perdeu força pelo caminho das diversas polêmicas que envolvem o assunto. E a tendência é que a situação permaneça a mesma.

Na avaliação do economista José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e consultor da Opus Gestão de Recursos, com o cenário positivo da economia é pouco provável que o próximo governante mexa com a legislação trabalhista. “Para haver uma reforma, só se houver uma profunda crise trabalhista, e o mercado não indica para isso”, diz.

No entanto, embora o mercado de trabalho do país passe por um momento positivo, a necessidade de se fazer uma revisão da legislação trabalhista se mantém.

Escrita em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contém 922 artigos e muitos deles chegam a repetir até mesmo o que já está garantido pela Constituição. Isso torna a CLT extremamente complexa e deixa pouco espaço para negociações, analisa o professor de relações do trabalho José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP). “O detalhismo exagerado da lei acarreta uma enorme burocracia e despesas estratosféricas. Além disso, trata os desiguais de forma igual. Ou seja, a mesma lei se aplica à indústria, agricultura, comércio, bancos. E à mega e à pequena empresa”, afirma Pastore.

Ele destaca que o país vem criando empregos com a atual legislação, mas alerta que isso não significa que esteja tudo bem. "Ainda temos cerca de 50% dos trabalhadores na informalidade e os novos empregos são criados com salários muito baixos", diz. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, indicam que os brasileiros que entram hoje no mercado de trabalho ganham 27% mais que no início do governo Lula – já considerando a inflação no período.

Embora o resultado seja positivo, ele mostra que foram recuperados os patamares do início da década. Segundo informações da Agência Estado, em 2001, antes da crise econômica que resultou em um retrocesso dos salários iniciais, quem estava ingressando no mercado de trabalho recebia, em média, R\$ 835. O valor atual é de R\$ 829. Em janeiro de 2003, início do governo Lula, o salário médio de quem ingressava no mercado de trabalho era de R\$ 651,50.

### **Informalidade excessiva**

Em relação à geração de empregos, o país está em uma situação boa, mas que ainda não chegou a um nível considerado excelente. Entre junho do ano passado e junho deste ano, segundo dados do Caged, foram gerados 2,1 milhões de empregos com carteira assinada – um crescimento de 6,71%. Mas, de acordo com dados do IBGE, em junho deste ano, apenas 51% da população empregada tinha carteira assinada.

Uma das recomendações mais frequentes dos economistas para tentar diminuir os números da informalidade no país é a redução dos impostos que o empregador paga para o governo com base no salário do empregado. "A quantidade de dinheiro que o trabalhador leva para casa é muito menor que o seu custo para o empregador", comenta Camargo. Dados de uma pesquisa do Dieese mostram que o equivalente a cerca de 25% do salário do empregado é repassado para o governo.

Qualquer alteração nessa conta, avalia Camargo, envolveria muito mais alterações no sistema tributário que trabalhista. Pastore defende que as duas reformas devem ser feitas em conjunto e ainda incluir alterações no sistema de previdência, uma vez que está tudo interligado. "O capital político do próximo presidente será altíssimo nos primeiros seis meses. Essa é a época de fazer essas reformas. Os estudos estão prontos", comenta Pastore.

Para o pesquisador e economista José Dari Krein, da Universidade de Campinas (Unicamp), a realização de uma reforma trabalhista pelo próximo presidente dependerá também de pressão dos movimentos sociais. Para Krein, nesse momento de bons resultados da economia o poder de barganha dos trabalhadores para obter mais direitos e impedir a retirada de outros já conquistados é maior.

Ao contrário de outros economistas, Krein avalia que a atual legislação não é uma inibidora de criação de postos de trabalho. "Estamos em um período em que certas teses, muito propagadas, não fazem mais sentido. Então, temos que pensar: qual o sentido da reforma que queremos fazer? A referência, no fundo, é discutir que tipo de sociedade queremos ter." Ele lembra que a legislação trabalhista foi criada com o intuito de proteger o trabalhador de eventuais abusos por parte do empregador e que, qualquer mudança que seja feita, deve buscar respeitar essa característica.

## PARANÁ TEM MELHOR DESEMPENHO DO BRASIL EM PRODUÇÃO

07/08/2010 – Gazeta do Povo

A produção industrial paranaense registrou desempenho recorde em junho, com crescimento de 41,3% sobre o mesmo mês do ano passado. Este foi o melhor resultado dentre todos os estados da federação e o recorde mensal paranaense nessa base de comparação desde o início da série histórica, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1991. O número, entretanto, deve ser relativizado em função da base de comparação baixa já que, em junho do ano passado, a indústria paranaense ainda não havia se recuperado dos efeitos da crise econômica internacional.

Na comparação mensal com ajuste sazonal, a queda foi de 1,7% entre junho e maio. O resultado nessa base é pior do que a média nacional, que apresentou retração de 1% – com queda em 9 das 14 regiões pesquisadas. Mas, para os analistas, o movimento representa apenas uma “acomodação” do setor, que teve um ritmo de crescimento acelerado, com alta acumulada de 16,2% nos seis primeiros meses do ano, apesar do desempenho mais fraco no segundo trimestre.

“A queda mensal ocorreu por conta de pequenos fatores que, somados, ajudam a explicar o resultado. No período de férias, por exemplo, há um aumento na demanda por serviços e uma queda no consumo de produtos industrializados. Também houve o ‘efeito Copa do Mundo’, que inseriu alguns ‘feriados’ no calendário em dias de jogos do Brasil”, avalia o consultor da GO4! Jorge Kuser. “A perspectiva, daqui para a frente, é de que o nível de produção recupere as quedas mensais. Todos os indicadores remetem a uma atividade industrial aquecida no segundo semestre”, aponta.

Essa também é a percepção do setor produtivo. “Já passamos pelo auge da acomodação. Pelo movimento de pedidos e encomendas para os próximos meses, percebemos que a partir de agosto teremos um crescimento de cerca de 20% no fechamento do trimestre”, avalia o diretor da Metalgráfica Trivisan, Clésio Woehl.

### País

Na comparação com junho de 2009, a atividade industrial subiu em todas as 14 regiões analisadas pelo IBGE. Na média nacional, a indústria teve alta de 11,1% na mesma relação. Depois do Paraná, a maior alta em 12 meses ocorreu no Espírito Santo (35,2%). “Essa alta aconteceu em todas as regiões pesquisadas. Apesar de a base de comparação ser o primeiro semestre de 2009, quando houve recuo de 13,4% decorrente dos efeitos da crise, não podemos desprezar a trajetória de crescimento da indústria, na casa de dois dígitos”, defendeu o economista André Macedo, da coordenação de Indústria do IBGE.

## SALÁRIO INICIAL DO BRASILEIRO SOBE 27% EM SETE ANOS

07/08/2010 – O Estado do Paraná

Os brasileiros que entram hoje no mercado de trabalho ganham 27% a mais que no início do governo Lula. O salário médio dos trabalhadores formais (com carteira assinada) recém-admitidos subiu de R\$ 651,5 em janeiro de 2003 para R\$ 829 em junho deste ano. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(Caged), do Ministério do Trabalho, e foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC). O ajuste compensa as perdas provocadas pela inflação e torna os valores comparáveis.

Os salários médios iniciais estão entre os mais baixos da economia, porque incluem jovens com pouca experiência e pessoas que estavam desempregadas. É uma ótima notícia que a remuneração desse grupo tenha crescido, mas a vantagem não é tão significativa quanto parece. Em outubro de 2001, um trabalhador recém-contratado recebia R\$ 835. Os salários iniciais, portanto, apenas recuperaram os patamares do início da década. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

## INDÚSTRIA PARANAENSE SE RECUPERA DA CRISE

09/08/2010 – O Estado do Paraná

Arquivo



Indústria automobilística tem forte presença no indicador positivo.

A indústria paranaense produziu menos em junho, na comparação com maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa da produção industrial, que foi divulgada ontem, aponta uma queda de 1,7% nessa comparação, próxima à média nacional de -1%.

No confronto com a produção de junho do ano passado, no entanto, o setor teve crescimento de 41,3% - a taxa foi a maior entre os locais pesquisados e superou com folga a média do País, de 11,1%.

Com o índice, o Paraná fechou o primeiro semestre com uma produção 19,6% maior que no mesmo período de 2009 - indicador que também supera o nacional, de 16,2%.

No documento que divulgou a pesquisa, o IBGE também destacou a indústria paranaense na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres do ano. De acordo com o instituto, o Paraná foi o local que mostrou o ganho mais acentuado entre os dois períodos, passando de uma taxa de 12,8% para 26,4%.

A média do País fez caminho inverso nesse mesmo comparativo, caindo de 18,2% para 14,3%. Em bases trimestrais, a indústria paranaense vem em ascendente desde o segundo trimestre de 2009.

No indicador acumulado nos seis primeiros meses do ano (19,6%), 13 dos 14 segmentos pesquisados tiveram aumentos na produção, com veículos automotores (62,9%), máquinas e equipamentos (42,3%) e edição e impressão (18,6%) ficando entre as principais influências positivas.

Já na comparação entre os meses de junho deste ano e do ano passado, aconteceram avanços em 12 das 14 atividades pesquisadas pelo IBGE. O índice de 41,3% é o maior já registrado para os meses de junho.

A maior pressão positiva veio da indústria de edição e impressão, que teve um crescimento de 428,8%, apontado como "atípico" pelo Instituto. As causas do

aumento, segundo o IBGE, foram a maior fabricação de livros, brochuras e impressos didáticos, e também os números ruins de junho de 2009.

A segunda maior influência no índice de junho, no Paraná, veio da indústria de veículos automotores, que produziu 69% mais que no mesmo mês do ano passado.

A maior fabricação de caminhões, caminhões-tratores, bombas injetoras e automóveis puxou o aumento. O segmento de máquinas e equipamentos (37,4%) também foi destaque, devido principalmente aos tratores agrícolas e máquinas para colheita.

Outras influências positivas vieram dos alimentos, que tiveram 11,6% de crescimento ante junho de 2009), devido à maior produção de açúcar cristal e carnes e miudezas de aves; madeira (32,8%), por conta da melhor movimentação de madeira serrada; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, cuja taxa de 58,9% foi impulsionada principalmente pelos cabos de fibras óticas e fios, cabos e condutores elétricos.

Do outro lado, as quedas na produção, ainda na comparação dos meses de junho de 2010 e 2009, aconteceram nos segmentos de refino de petróleo e produção de álcool (-5,5%), por conta de uma redução na fabricação de óleo diesel, e de celulose e papel (-4,8%). Nesse grupo, a pressão para baixo veio da menor produção de papel-cartão e papel kraft para embalagens.

## **PAÍS ENCONTROU O CAMINHO DA GERAÇÃO DE EMPREGOS**

09/08/2010 – O Estado do Paraná

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou hoje, em seu programa semanal de rádio "Café com o Presidente", os números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2009, divulgados pelo Ministério do Trabalho na semana passada. Segundo ele, em sua gestão (de 2003 até o ano passado) foram criados 14 milhões de empregos no País, enquanto a Europa e os Estados Unidos perderam, apenas no ano passado, cerca de 16 milhões de postos de trabalho.

"Os números mostram aquilo que a gente vem dizendo já há algum tempo. O Brasil encontrou o caminho do desenvolvimento, o Brasil encontrou o caminho da criação de oportunidades de trabalho, da geração de empregos, porque nós estamos fazendo o que não acontecia desde 1975, quando nós entramos numa crise de desemprego no Brasil, de desativação das atividades econômicas no Brasil", disse Lula, emendando: "Eu acho isso extraordinário."

Ainda no programa de rádio, o presidente disse que o Brasil "se encontrou consigo mesmo e finalmente vai se transformar numa grande economia" e que "fica muito feliz" com a divulgação dos números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e da Rais. Lula lembrou que essa recuperação no nível de emprego ocorreu após o País ter registrado a perda de milhões de postos de trabalho, em vários setores. E citou como exemplo o fato de a Volkswagen, na década de 70, ter cerca de 44 mil trabalhadores e hoje contar com apenas 17 mil.

## **DEVE SER PAGO ATÉ 13/8 O IR RETIDO NO 1º DECÊNIO DE AGOSTO**

09/08/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, entre 1-8-2010 e 10-8-2010, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até sexta-feira, dia 13 de agosto.

### **CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA 2ª QUINZENA DE JULHO VENCEM EM 13/8**

09/08/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado que efetuaram retenção da CSLL, do PIS e da Cofins sobre pagamentos a outras pessoas jurídicas de direito privado por serviços prestados na 2ª quinzena de julho/2010, devem recolher as contribuições nesta sexta-feira, 13/8.

Também devem ser recolhidas na sexta-feira, dia 13/8, pelos fabricantes de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06 da TIPI, bem como os fabricantes de peças, componentes ou conjuntos destinados a estes produtos, as retenções na fonte, efetuadas na 2ª quinzena de julho/2010, do PIS e da Cofins sobre pagamentos à pessoa jurídica pela aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei 10.485/2002 (exceto pneumáticos).

### **RECEITA LIBERA CONSULTA AO 3º LOTE DE RESTITUIÇÃO DO IRPF 2010**

09/08/2010 – Notas COAD

A Receita Federal do Brasil abriu segunda-feira, 9/8, a consulta ao 3º lote multiexercício de restituições do Imposto de Renda da Pessoa Física Ex. 2010, Ex. 2009 e Ex.2008. Para saber se terá a restituição liberada nesse lote o contribuinte poderá acessar a página da Receita na internet ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) ou ligar para 146. Basta informar o número do CPF (Cadastro de Pessoa Física).

No dia 16 de agosto de 2010, serão creditadas, simultaneamente, as restituições referentes ao exercício de 2010 (ano calendário de 2009) residual de 2009 (ano calendário 2008) e residual de 2008 (ano calendário de 2007), mediante depósito bancário, para um total de 1.673.079 contribuintes com imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

Para o exercício de 2010, serão creditadas restituições para um total de 1.628.135 contribuintes com imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 1.426.305.850,63, já acrescidos da taxa selic de 3,40% (maio a agosto/2010). Desse montante, 15.113 contribuintes foram priorizados conforme a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), totalizando R\$ 34.107.256,06.

Com relação ao lote residual do exercício de 2009, serão creditadas restituições para um total de 34.001 contribuintes com imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 52.262.491,25, já atualizados pela taxa selic de 11,86%, (período de maio de 2009 a agosto de 2010).

Com relação ao lote residual do exercício de 2008, serão creditadas restituições para um total de 10.943 contribuintes com imposto a restituir, totalizando um montante de

R\$ 21.431.658,12, já atualizados pela taxa selic de 23,93%, (período de maio de 2008 a agosto de 2010).

Estão contemplados neste lote de restituição os contribuintes na melhor idade que não possuem pendências nas respectivas declarações. Os pagamentos dos demais contribuintes foram priorizados de acordo com a data da última declaração entregue do respectivo exercício.

Os valores não sofrerão quaisquer acréscimos, independentemente da data em que o contribuinte receba a sua restituição e estarão disponíveis no Banco do Brasil (BB). O contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento BB 4004-0001 (capitais – clientes do Banco do Brasil S.A), 0800-729-0001 (demais localidades - clientes do Banco do Brasil S.A), 0800-729-0722 (capitais e demais localidades – clientes e não clientes do Banco do Brasil S.A) e 0800-729-0088 (deficientes auditivos), para agendar o crédito em conta corrente ou de poupança em seu nome, em qualquer banco.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, disponível na Internet.

Caso o contribuinte não concorde com o valor da restituição, poderá receber a importância disponível no banco e reclamar a diferença na unidade local da Receita.

Fonte: RFB

### **ENVIO DA CÓPIA AO SINDICATO DE SER FEITO ATÉ 10/8**

09/08/2010 – Notas COAD

Amanhã, dia 10/8, vence o prazo para as empresas encaminharem ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados cópia da GPS - Guia da Previdência Social, relativa ao mês de julho/2010.

A multa por falta de entrega corresponde a R\$ 188,37 a R\$ 18.837,83 para cada competência que não tenha sido enviada.

### **REDUÇÃO DO PREÇO DE ALIMENTOS BÁSICOS CONTINUA PELO TERCEIRO MÊS**

09/08/2010 – Gestão Sindical

Desde maio, na maioria das capitais onde é realizada mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – vem registrando predomínio do número de localidades com redução no custo do conjunto de produtos alimentícios essenciais. Em julho, 16 das 17 cidades pesquisadas apresentaram queda, com destaque para Rio de Janeiro (- 6,60%), Belo Horizonte (- 5,86%) e para as capitais do Sul do país: Curitiba (- 4,86%), Florianópolis (-4,75%) e Porto Alegre (-4,22%). Apenas em Belém (0,05%) houve pequena variação positiva.

A exemplo do que ocorreu em junho, também em julho a capital com o maior custo para os produtos alimentícios essenciais foi São Paulo, onde a cesta básica custou R\$ 239,38. Porto Alegre registrou o segundo maior valor (R\$ 237,67) e Manaus o terceiro (R\$ 233,00). As cestas mais baratas foram encontradas em Aracaju (R\$ 181,04), Fortaleza (R\$ 181,73) e João Pessoa (R\$ 191,17).

Com base no maior custo verificado para a cesta básica, e levando em conta a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em julho, o mais baixo salário pago no país deveria ser de R\$ 2.011,03, o que corresponde a 3,94 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 510,00. Estes valores são menores que os apurados para junho, quando o mínimo necessário foi estimado em R\$ 2.092,36 (4,10 vezes o piso em vigor). Em julho de 2009, o DIEESE calculava o valor necessário em R\$ 1.994,82, ou 4,29 vezes o mínimo então em vigor, de R\$ 465.

### **Variações acumuladas**

Apenas duas cidades apresentaram, nos sete primeiros meses de 2010, variação negativa para o preço dos produtos alimentícios essenciais: Brasília (-0,47%) e Rio de Janeiro (-0,12%). Os maiores aumentos ocorreram em Recife (17,23%), Goiânia (12,63%), Natal (12,29%) e João Pessoa (12,04%).

Em 12 meses - no período entre agosto de 2009 e julho de 2010 -, duas capitais, Manaus (-0,38%) e Fortaleza (-0,21%) registraram variação acumulada negativa, enquanto Porto Alegre (0,09%) e Rio de Janeiro (0,12%) apresentaram pequena alta. Os maiores aumentos foram encontrados em Goiânia (9,96%), Manaus (8,16%) e Belém (6,75%).

### **Cesta x salário mínimo**

Para adquirir uma cesta básica, o trabalhador que ganha salário mínimo precisou cumprir, em julho, uma jornada de 91 horas e 50 minutos, na média das 17 capitais onde o DIEESE pesquisa os preços dos alimentos básicos. Em junho, a mesma compra exigia a realização de 94 horas e 56 minutos, enquanto em julho do ano passado era necessário o cumprimento de 97 horas e 12 minutos.

A mesma situação é observada quando se considera o percentual do salário mínimo líquido (após o desconto da parcela correspondente à Previdência) exigido para a aquisição dos produtos essenciais. Em julho, o custo da cesta básica comprometia, na média das 17 capitais, 45,37% do mínimo líquido, enquanto em junho eram necessários 46,90%. Em julho de 2009, 48,02% do rendimento líquido eram necessários para a mesma aquisição.

### **Comportamento dos preços**

A redução generalizada no custo da cesta básica deveu-se, principalmente, à queda no preço do tomate, açúcar e, no Centro-Sul do país, da batata.

O preço do tomate caiu, em julho, em todas as 17 capitais pesquisadas, com destaque para cidades do Centro-Sul, como o Rio de Janeiro (-41,77%). A menor retração ocorreu em Belém (-1,27%). Em 12 meses, houve queda no preço do produto em nove localidades, em especial em Brasília (-27,46%), Rio de Janeiro (-18,99%) e Porto Alegre (-16,29%). Fortaleza (13,85%) e Belém (13,04%) tiveram os maiores aumentos, dentre as oito regiões com alta.

O açúcar – produto derivado da cana, que está em plena safra – registrou recuo em seu preço em 15 capitais, em especial em Aracaju (-26,03%) e Brasília (-20,47%). Na comparação com julho de 2009, porém, 16 capitais apresentaram, este ano, preços maiores, com os principais aumentos apurados em Brasília (41,80%) e Belém (40,88%). A menor elevação foi constatada em Salvador (1,12%) e a única redução

deu-se em Aracaju (-4,14%). A boa safra, favorecida pelo clima mais seco aumentou a oferta do produto, determinando a redução do preço.

Todas as nove capitais do Centro-Sul do país onde a batata é pesquisada apresentaram redução em julho, em sete delas com taxas superiores a 10%, como no caso de Belo Horizonte (-28,21%). A menor variação foi apurada em Curitiba (-2,90%). Em um ano, no entanto, sete capitais registraram alta, as mais acentuadas em Goiânia (20,89%) e Brasília (17,50%). As reduções ocorreram em Belo Horizonte (-4,85%) e Porto Alegre (-7,11%). O tempo mais firme permitiu uma colheita maior, o que forçou a redução do preço em julho. Ainda há possibilidade de recuo, uma vez que algumas localidades ainda apresentam fortes altas anuais.

Doze cidades apontaram redução no preço do leite em julho, a maior registrada em Brasília (-11,95%). Não houve alteração em Aracaju e as principais altas ocorreram nas capitais da região Norte: Manaus (1,76%) e Belém (1,63%). Em relação a julho de 2009, 14 localidades indicaram queda, as maiores anotadas no Rio de Janeiro (-22,73%), Vitória (-21,52%) e Porto Alegre (-20,64%). Em Goiânia, o mesmo preço médio foi encontrado nos dois meses de julho.

Pequenas altas foram observadas em Belém (0,81%) e Aracaju (2,47%).

Pão e óleo de soja foram os itens que apresentaram comportamento altista de maneira mais abrangente. No primeiro caso, o aumento verificou-se em 10 localidades e para o óleo de soja, em nove.

A elevação no preço do óleo foi relativamente pequena, e de maneira geral, em patamar semelhante, variando entre 1,74%, em Florianópolis e 0,46%, em Belo Horizonte. Quatro capitais registraram estabilidade e quatro, retração, a maior verificada em Vitória (-2,52%). Em relação a julho de 2009, o preço do produto caiu em 16 cidades, com destaque para Salvador (-11,86%), Belo Horizonte (-10,98%), Aracaju (-10,24%) e João Pessoa (-10,22%). A única alta ocorreu em Fortaleza (11,20%).

O maior aumento do pão foi anotado em Natal (3,70%). Houve estabilidade em Belém e a maior redução foi apurada em João Pessoa (-2,53%). Também em 12 meses, houve aumento em 10 capitais, em especial em São Paulo (4,99%), Vitória (4,97%), Manaus (4,37%) e Goiânia (4,27%). Os preços não se alteraram em Aracaju e Brasília e das cinco localidades que registraram retração, Natal apresentou a mais expressiva (-3,08%).

Em relação à variação anual de preços, merece ainda registro o comportamento apurado para carne e o feijão, que tiveram aumento em 16 capitais.

A carne – produto de maior peso na composição da cesta – teve as altas anuais mais expressivas observadas em Goiânia (11,34%), Curitiba (8,77%), Salvador (6,12%) e Natal (6,03%) e as menores em Belém (0,56%) e Belo Horizonte (1,31%). A única queda ocorreu em Fortaleza (-5,09%). Os dados do mês mostram nove localidades com retração, a maior apurada em Aracaju (-2,16%) e oito com alta, a mais significativa, de 2,90%, registrada em Brasília. Com a entressafra, houve redução do abate que, juntamente com o bom volume de exportações, impediu maior queda no preço, que pode ocorrer com um aumento de chuva nas regiões produtoras, com melhoria das pastagens e engorda do gado.

No caso do feijão, apesar de redução em nove cidades, em julho – a maior em Recife (-5,58%) -, estabilidade em duas (Rio de Janeiro e João Pessoa) e alta em seis, as maiores em Fortaleza (14,47%) e Manaus (11,36%), as variações anuais continuam muito elevadas, em pelo menos dez cidades das 16 regiões onde os preços subiram. Os maiores aumentos ocorreram em Goiânia (71,23%), Natal (65,63%), Aracaju (52,15%) e Recife (51,70%), todas capitais onde é pesquisado o preço do feijão de cores. Em cidades onde é acompanhado o preço do feijão preto as variações foram menores, e foi anotada estabilidade em Vitória e alta de 1,92%, no Rio de Janeiro. Como o preço do produto ainda está elevado, muitos agricultores têm ampliado as áreas de cultivo do feijão, o que deverá determinar o aumento da oferta e ter como consequência, o barateamento do produto.

## **São Paulo**

A capital paulista teve, em julho, o maior custo para o conjunto de produtos alimentícios essenciais, cujo valor chegou a R\$ 239,38. Em comparação com junho, houve queda de 3,89%; neste ano, os gêneros básicos subiram 4,90%, enquanto em relação a julho do ano passado a variação acumulada é de 5,37%.

Nove dos 13 produtos pesquisados em São Paulo registraram redução em seu preço, em julho. Tomate (-23,03%) e batata (-13,33%) tiveram as maiores quedas. Açúcar refinado (-6,19%), feijão carioca (-2,80%), leite in natura integral (-2,25%), farinha de trigo (-2,22%), arroz agulhinha tipo 1 (-1,44%), café em pó (-0,81%) e carne bovina de primeira (-0,38%) completam a lista dos itens cujos preços caíram. Altas foram apuradas para o pão francês (1,45%), óleo de soja (1,38%), banana nanica (0,43%) e manteiga

(0,31%).

Na comparação com julho de 2009, cinco produtos apresentaram queda em seus preços: leite (-14,42%), farinha de trigo (-8,97%), óleo de soja (-5,98%), café (-3,78%) e tomate (-3,31%). Oito itens tiveram elevação no período, caso do feijão (42,85%), açúcar (25,52%), batata (15,42%), banana (9,61%), arroz (6,22%), carne (5,37%), pão (4,99%), e manteiga (0,24%).

A aquisição dos produtos essenciais requereu, em julho, do trabalhador paulistano remunerado pelo salário mínimo (R\$ 510,00) o cumprimento de uma jornada de 103 horas e 16 minutos. Em junho, a mesma compra demandava a realização de 107 horas e 26 minutos. Em julho de 2009, a aquisição comprometia 107 horas e 29 minutos.

Também quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido – após o desconto da parcela referente à Previdência Social - verifica-se a mesma situação: em julho deste ano, a compra da cesta representava 51,02% do valor recebido pelo trabalhador, enquanto em junho eram necessários 53,08% e em julho de 2009 o comprometimento correspondia a 53,10%.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 8/8/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3219>

**PREÇOS AO CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA TÊM DEFLAÇÃO DE 0,56%**

09/08/2010 – Notas Gestão Sindical

SÃO PAULO - O Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1) do mês de julho registrou deflação de 0,56%, a menor taxa desde setembro de 2008, quando o índice registrou queda de 0,57%. O resultado, divulgado na última sexta-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV), também representa uma deflação mais profunda que a apurada em junho (0,38%).

Com o resultado, o IPC-C1 acumula alta de 4,20% em 2010 e de 4,65% nos 12 meses encerrados em julho. No mês passado, quatro das sete classes de despesa do índice apresentaram decréscimos em suas taxas de variação: vestuário (de 0,78% para deflação de 1,11%), alimentação (de retração de 1,31% para recuo de 1,54%), saúde e cuidados pessoais (de 0,40% para 0,25%) e despesas diversas (de 1,64% para 1,58%).

Em contrapartida, registram acréscimos os grupos educação, leitura e recreação (de retração de 0,05% para 0,35%), habitação (de 0,14% para 0,19%) e transportes (de recuo de 0,01% para 0,01%).

O IPC-C1 mede a variação de preços para os consumidores cuja renda familiar vai até 2,5 salários mínimos (o que representa, atualmente, até R\$ 1.275).

Ainda na sexta-feira passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado do Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) que ficou em 0,74% em julho avançando 0,08 ponto percentual na comparação com o de junho (0,66%). A alta foi ainda mais intensa em relação a julho do ano passado, quando o índice foi de 0,48%.

Segundo o instituto, o avanço do custo da construção civil se deve aos reajustes nos salários dos trabalhadores do setor. O componente mão de obra variou 1,06%, ante a taxa de 0,83% de junho. Já a parcela dos materiais de construção ficou em 0,49%, abaixo da taxa do mês anterior, de 0,53%.

Mato Grosso (6,65%), Paraná (4,89%) e Acre (4,01%) foram os estados com maior alta do custo da construção, enquanto Piauí (0,10%), Minas Gerais (0,12%) e Roraima (0,17%) ficaram com as menores taxas.

O Sinapi é calculado pelo IBGE em convênio com a Caixa Econômica Federal. O índice serve como referência para a delimitação de custos de execução de obras públicas no Brasil.

Fonte: DCI - de olho na notícia

Autor: Redação

Data: 9/8/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3222>

## **PAÍS GEROU 1,766 MILHÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM 2009**

09/08/2010 – Notas Gestão Sindical

BRASÍLIA - A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2009 mostra que foi gerado 1,766 milhão de empregos formais no ano passado. O número divulgado ontem, no entanto, é o mais baixo desde 2003, quando foram captados pela Rais 861.014 empregos.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, os números de 2009 refletem o efeito da crise financeira mundial no mercado de trabalho. Lupi, porém, afirma que,

entre os países do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo), o Brasil foi o único que conseguiu registrar aumento nos postos de trabalho. "O pior resultado desde 2003 é positivo. Veio o crescimento, mas foi menor", disse.

O número de trabalhadores com vínculos formais - tomando como referência o dados da Rais de 2009 (41,207 milhões) acrescidos do saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do primeiro semestre de 2010 (1,473 milhão) - atingiu 42,680 milhões em junho deste ano.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a junho de 2010, a geração de empregos formais - celetistas e estatutários - atingiu 13,997 milhões. Segundo Lupi, será tranquilo cumprir a meta de 15 milhões de empregos formais no governo de Lula.

#### Rendimento médio

A Rais mostra ainda que o rendimento médio dos trabalhadores formais apresentou um aumento real (descontada a inflação) de 2,51%, ao passar de R\$ 1.556,15 em dezembro de 2008 para R\$ 1.595,22 em dezembro do ano passado. Em 2009, os setores que mais contribuíram para a criação de empregos formais foram os de serviços (654 mil), administração pública (453,8 mil), comércio (368,8 mil) e construção civil (217,7 mil). Em termos relativos, o maior crescimento foi da construção civil, de 11,37%. O ministro explicou que isso é reflexo das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida".

Segundo Lupi, a Rais é uma fotografia do mercado de trabalho brasileiro. Ela mostra que quanto maior for a escolaridade do trabalhador, maior será a remuneração.

Lupi disse ainda que a Rais revela que houve um aumento na contratação de pessoas mais experientes. De 2008 para 2009, houve um crescimento de 7,62% no número de empregos de trabalhadores com mais de 65 anos. Por outro lado, a menor expansão foi verificada entre trabalhadores de 16 e 17 anos, que registraram variação de apenas de 1,46%.

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2009 mostra que foi gerado 1,766 milhão de empregos no ano - mercado pela crise. O número é o mais baixo desde 2003.

Fonte: DCI - de olho na notícia

Autor: Redação

Data: 9/8/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/nacional/materia.asp?idmateria=3221>

**PESQUISA MOSTRA VALORES QUE BRASILEIROS CONSIDERAM MAIS**

09/08/2010 – Notas Gestão Sindical

Jornal Nacional - 24/05/2010

"Era uma vez um homem muito rico e viúvo, que vivia em companhia de sua única filha. Ela era uma linda menina de coração muito bondoso". Um conto de fadas. A oportunidade de conhecer um mundo novo em um bairro pobre da Zona Oeste do Rio. Em um lugar onde faltam saneamento e opções de lazer para as crianças, uma dona de casa realizou um sonho antigo. A inspiração veio de uma professora de português e Valquíria montou uma biblioteca comunitária.

"A escola não tinha biblioteca. Ela emprestava livros e eu tinha o compromisso de ler, preservar os livros e ainda emprestar para outras meninas. E aí foi o começo", explicou a dona de casa Walkíria da Costa.

Tia Val, como é chamada na biblioteca, cedeu a própria casa. Um ano depois, já são mais de dois mil títulos - doações que atraem até quem ainda não sabe ler.

O bem-estar das pessoas que estão perto da gente é o principal valor dos brasileiros, de acordo com uma pesquisa feita pela ONU, em todo o país. O bem-estar da humanidade e da natureza é o segundo. Depois vem a segurança e a autodeterminação. O interesse pelo poder aparece em último lugar em uma lista de dez itens, onde os brasileiros mostram como se vêem, e não necessariamente como estão agindo.

Quem tem a responsabilidade de ensinar esses valores? Para os pesquisados, a família em primeiro lugar. E, depois, a escola.

"A preocupação maior, hoje, do brasileiro é uma preocupação com estabilidade social. Talvez o reflexo da desestruturação que a gente percebe em várias instituições que nós temos no Brasil, como a família", disse Flávio Comim, coordenador do relatório PNUD/ONU.

A pesquisa mostra ainda que os brasileiros estão preocupados com um problema - uma ameaça a esses valores: a violência, que para 90% dos entrevistados não para de crescer. E não é só a violência praticada por bandidos, criminosos. Mas também aquela que acontece no dia a dia, no trânsito, na escola, em casa, na relação com os vizinhos.

"Às vezes, sem motivo nenhum, uma pessoa agride a outra com palavras, com olhares", disse o taxista Rodrigo Barbosa.

A violência, em todas as suas formas, quase destruiu uma escola pública no Conjunto e Favelas do Alemão, no Rio, até a chegada de uma diretora que resolveu enfrentar a situação. O primeiro investimento foi na reforma do prédio. Depois, ela identificou os alunos problemáticos. Hoje, sabe de cor o nome de todos os mil estudantes.

"O primeiro grande passo da escola, do nosso compromisso de educadores é fazer com que os meninos sonhem, possam sonhar e o passo seguinte é orientar para que esse sonho seja realidade", disse a diretora da escola, Márcia Correa.

Fonte: Blog do Galeno - Jornal Nacional

Autor: Jornal Nacional

Data: 8/8/2010

Link relacionado: <http://www.blogdogaleno.com.br>

<http://www.gestaosindical.com.br/educacao/materia.asp?idmateria=3220>